

017

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SESSÕES TEMÁTICAS



POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO NORDESTE BRASILEIRO

Maria Laís dos Santos Leite (UFCA, UFRN)

Suely Salgueiro Chacon (UFC)

Eduardo Vivian da Cunha (UFCA)

RESUMO

Este artigo, fruto de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa realizada de 2014 a 2016, apresenta os principais resultados de uma avaliação de percepção de beneficiários(as) produtores(as) do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA em Barbalha-CE, município situado no Nordeste brasileiro. Elegeu-se o estudo de caso como estratégia para desenvolvimento do estudo, utilizando como métodos de coleta de dados as pesquisas bibliográfica e documental, o formulário e a entrevista exploratória e em profundidade. Para compreender os dados foram utilizadas as análises de conteúdo e de discurso. Para a análise dos dados obtidos utilizou-se da estatística descritiva e da análise de conteúdo e análise de discurso. O Programa é descrito pelos(as) interlocutores(as) como “uma benção”, mais de 80% dos(as) produtores(as) cadastrados no período são do sexo masculino e o maior número de entidades beneficiadas são da área de educação e saúde.

ARANDO A TERRA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo, fruto de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa realizada de 2014 a 2016, apresenta os principais resultados de uma avaliação de percepção de agricultores(as) familiares cadastrados(as) como beneficiários(as) produtores(as) do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA em Barbalha-CE, município situado na Região Metropolitana do Cariri Cearense no Nordeste Brasileiro. Realizamos ainda no percurso de pesquisa: 1. uma revisão narrativa de estudos de políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar; 2. análise documental sobre a gestão do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no Município de Barbalha-CE e 3. mapeamento dos(as) beneficiários(as) produtores(as) e as entidades atendidas pelo PAA no município.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, ação integrante do Programa Fome Zero, é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. (MDS, 2015). O Programa tem entre as suas finalidades: incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização, à geração de renda; incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2011).

O regimento do PAA, nacionalmente, é definido por um Grupo Gestor (GGPAA), órgão colegiado de caráter deliberativo e constituído por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação. (MDA, 2012). O Controle Social localmente deve ser exercido pelo CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Barbalha-CE.

O PAA no Município foi implantado em 2010 através da modalidade compra com doação simultânea, que visa à aquisição de produtos da agricultura familiar local para abastecer os equipamentos públicos de alimentação e nutrição (bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares) e as ações de acesso à alimentação, empreendidas por entidades da rede socioassistencial do município (BRASIL, 2011).

O grande valor desta temática é ressaltada pela CONAB (2015), ao destacar que a comercialização da produção agrícola familiar esteve historicamente ausente das políticas públicas, o que sempre gerou frustração e desestímulo para os(as) pequenos(as) agricultores(as), entregues, invariavelmente, a intermediários que, quando adquiriam suas colheitas, o faziam por preço vil.

Costa e Castanhar (2003) destacam a notabilidade de avaliar o impacto de um Programa, pela possibilidade de identificar possíveis mudanças ocorridas na vida dos(as) beneficiários(as) que são decorrentes das ações do mesmo, bem como verificar se os seus objetivos têm sido cumpridos, gerando resultados satisfatórios, tais como aumento da renda, aumento e/ou diversificação da produção, comercialização, assistência técnica, associativismo, participação das mulheres e jovens, acesso à informação, etc.

Desde a sua institucionalização em 2003, o PAA já utilizou mais de 3,5 bilhões de reais em sua operacionalização (MDS, 2015), tornando-se foco de diversos estudos, tanto por parte do governo federal, através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação- Sagi, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, como pelo meio acadêmico. Essas pesquisas buscam analisar, de uma maneira geral, vários aspectos do programa como: eficácia, efetividade, gargalos, impactos, pontos de melhoria, etc. (ROSSI, 2012).

Outrossim, a criação do PAA por instrumento legal representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, transmitindo segurança e incentivo à produção que, em articulação com outras ações, eleva a qualidade de vida do(a) agricultor(a) e de sua família e promove o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural. (CONAB, 2015).

Desde a sua institucionalização em 2003, o PAA já utilizou mais de 3,5 bilhões de reais em sua operacionalização (MDS, 2015), tornando-se foco de diversos estudos, tanto por parte do governo federal, através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), vinculada ao MDS, como pelo meio acadêmico. Essas pesquisas buscam analisar, de uma maneira geral, vários aspectos do programa como: eficácia, efetividade, gargalos, impactos, pontos de melhoria, etc (ROSSI, 2012).

Apesar da grande quantidade de pesquisas envolvendo o PAA, poucos trabalhos visam avaliar de forma detalhada a percepção do programa na vida dos(as) produtores(as) familiares ou ainda dos(as) consumidores(as) beneficiados(as), esses dados são obtidos, na maioria das vezes, associados a um grupo maior de informações e objetivos. Neste trabalho, buscamos avaliar a percepção do Programa, através da escuta de algum(as) agricultores(as) que integram o PAA.

O artigo está organizado em seis seções incluindo esta introdução, a segunda seção detalhada os aspectos metodológicos adotados com detalhamento do território estudado e dos procedimentos realizados na pesquisa; a seção seguinte destaca os principais conceitos relacionados ao estudo: políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar. Na quarta seção se detalha a caracterização o funcionamento e os beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Posteriormente nos dedicamos as análises dos dados da pesquisa documental e dos formulários e entrevistas em profundidade com os(as) agricultores(as) familiares, e por fim, nossas considerações finais.

PREPARANDO O PLANTIO: ASPECTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

NOSSO CHÃO: LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA

Nossa pesquisa se realizou no Município de Barbalha, localizado na Mesoregião Sul do Estado do Ceará, na Região Metropolitana do Cariri, fazendo limites ao norte com os municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Jardim e Missão Velha, ao sul com o Estado do Pernambuco (município de Jardim), ao leste com Missão Velha e a oeste com o município de Crato.

O Município de Barbalha foi fundado em 17 de Agosto de 1846, possui uma área de 599,3 km² (IBGE, 2010), 55.323 habitantes (IBGE, 2010) e densidade demográfica de 92,31 hab./ km², Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010) de 0,683 e PIB (Produto Interno Bruto) de 454.410 mil reais em 2010. Os dados do Ipece (2013) indicam que o PIB por setor no município está distribuído da seguinte forma: agropecuária 3,06%, indústria 32,33 % e serviços 64,61%. De acordo com a FUNCEME e Ipece (2013) em relação às características ambientais e aspectos climáticos, Barbalha caracteriza-se por clima tropical quente semiárido brando, pluviosidade de 1.153,0 mm, temperatura média de 24° a 26°C, sendo mais frequentes as chuvas nos meses de janeiro a abril.

Os componentes ambientais têm como relevo a Chapada do Araripe, tendo os diversos tipos de solos: aluviais, litólicos, latossolo vermelho-amarelo e podzólico vermelho-amarelo, a vegetação carrasco, floresta caducifólia espinhosa, floresta subcaducifólia tropical pluvial, floresta subcaducifólia xeromorfa e floresta subperenifólia tropical pluvio-nebular e integrada à bacia hidrográfica do Salgado. (IPECE, 2013).

AS SEMENTES QUE ESCOLHEMOS: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esleu-se como estratégia para desenvolvimento do estudo o estudo de caso, utilizando como métodos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, aplicação de formulário com beneficiários(as) produtores(as), entrevista exploratória com coordenadores da equipe de execução da política pública no município e entrevista em profundidade com sete agricultores(as) familiares cadastrados(as) como beneficiários(as) produtores(as) do PAA. Para a análise dos dados obtidos utilizou-se da estatística descritiva e da análise de conteúdo e análise de discurso.

Pelo grande número de informações e publicações produzidas acerca do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA a nível nacional e local, como leis e decretos que normalizam o funcionamento do mesmo, relatórios de avaliação e acompanhamento de indicadores, entre outras, se mostrou necessária a utilização da pesquisa documental que possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

A partir dos documentos repassados pela Prefeitura Municipal de Barbalha, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário sobre os atores envolvidos na Política Pública, foi possível sistematizar um inventário sobre a distribuição de beneficiários(as) produtores(as) por comunidade e por sexo no Município, e ainda verificar em quais comunidades ocorreu crescimento ou diminuição de participantes ao longo do período analisado. Além de compor o estudo, estas informações foram de grande relevância para a escolha dos(as) respondentes para as etapas subsequentes da pesquisa.

Tabela 1 – Lista de documentos concedidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário

TÍTULO DOS DOCUMENTOS	
1	Relação agricultores aprovados PAA 2013 - 1º semestre
2	Entidades aprovadas PAA 2013
3	Pesquisa de preços em 2013 da Superintendência Regional do Estado do Ceará
4	Relação de agricultores cadastrados PAA 2014
5	Relação entidades com representantes legais - PAA 2014
6	Ficha de identificação de gestores e dos representantes da instância de controle social
7	Demanda para participação no Programa de Aquisição de Alimentos 2015
8	Quadro resumo demanda do Programa de Aquisição de Alimentos 2015
9	Relação de agricultores PAA 2015
10	Tabela Ceasa-CE 2015

Fonte: Elaborada pela autora.

Além dos documentos concedidos pela SDA Barbalha fizemos um levantamento de todas as notícias publicadas com os descritores “PAA e Barbalha” a partir da busca no Google. Estas notícias tiveram caráter exploratório sobre o PAA em Barbalha, auxiliando no delineamento da pesquisa. Tivemos ainda como propósito a conferência dos dados repassados e acompanhamento indireto dos dados do ano de 2015 quando se deu o encerramento da coleta de dados em campo. Foram encontradas 13 notícias, dentre essas notícias cinco foram publicadas no site da Prefeitura Municipal de Barbalha- CE.

Realizamos ainda visitas à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Município de Barbalha- CE de fevereiro a setembro de 2015, neste período foram realizadas as entrevistas exploratórias com dois representantes da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Município de Barbalha-CE, a fim de verificar informações acerca das atividades realizadas no âmbito da Secretaria e do Programa de Aquisição de Alimentos sob a responsabilidade da mesma. As visitas permitiram ainda a observação participante das ações desenvolvidas, a coleta de documentos e ainda para assinatura dos documentos solicitados pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Para preparar o levantamento sobre a família dos(as) agricultores(as), sua atividade de agricultura, a participação no PAA, detalhes sobre a propriedade, comercialização dos produtos, rendimentos da família, participação das mulheres, participação em organizações sociais e políticos, assistência técnica e acesso à informação, entre outros(as), optamos pelo uso dos formulários.

Visando maior confiabilidade de nossa pesquisa, utilizamos a amostragem por saturação teórica (FONTANELLA *et al.*, 2011), buscamos estabelecer critérios para a seleção dos respondentes a partir da categorização das comunidades, a saber: a comunidade com o maior número de participantes cadastrados no programa em 2014, maior índice de participação feminina, maior disparidade de participantes entre 2014-2013, agricultores(as) organizados de maneira associativa/ cooperativa e comunidade com o menor número de participantes, conforme verificação através da análise da pesquisa documental.

O formulário utilizado é uma adaptação do *questionário Instrumento de coleta de informações - Avaliação dos impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar* da dissertação de mestrado de Rossi (2012) sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no Município de São Carlos-SP, por se mostrar desnecessário a elaboração de um novo instrumento, primeiro pela validade do que apreciamos, segundo por este dar conta da quase totalidade das questões que desejávamos indagar na pesquisa ao longo de 18 páginas e 57 questões.

Aplicamos os formulários ao longo do mês de setembro de 2015 com um grupo de 7 (sete) agricultores(as) familiares que foram cadastrados(as) no PAA em algum dos anos do período de análise (2013-2015). Buscando o sigilo dos entrevistados, os nomes de todos(as) os(as) entrevistados(as) foram suprimidos dificultando a identificação dos mesmos. Uma lista de anonimização com nomes das pessoas e lugares foi produzida para nosso registro como sugerido por Gibbs (2009) e apreciada pelos(as) orientadores(as) e avaliadores antes da publicização da dissertação.

Como além das perguntas que podiam ser levantadas através dos formulários, desejávamos conhecer de maneira mais detalhada a vivência dos sujeitos na agricultura familiar e a percepção dos(as) mesmos(as) em relação à política pública estudada, se mostrou necessário incluir à entrevista em profundidade como uma das metodologias utilizadas em nosso estudo.

Utilizamos a entrevista como método de coleta de dados por este privilegiar a fala dos atores sociais e permitir atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. A entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante (FRASER; GONDIM, 2004). As entrevistas, igualmente aos formulários, foram realizadas no mês de setembro de 2015 com um grupo de 7 (sete) agricultores(as) familiares que foram cadastrados(as) no PAA em algum dos anos do período de análise (2013-2015).

Como método de análise de dados, em especial para tratamento dos dados coletados através de fontes documentais e da entrevista exploratória, usou-se a análise de conteúdo, um conjunto de técnicas de investigação que através de uma descrição sistemática do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas comunicações. (BARDIN, 2009). As etapas da análise de conteúdo que seguimos, como indicadas por Bardin (2006) são: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Para a apreciação dos dados das entrevistas em profundidade usou-se a análise do discurso que se interessa por estudar a “língua funcionando para a produção de sentidos”. Isto permite analisar unidades além da frase, ou seja, o texto. (ORLANDI, 1999). Em nossa análise retomamos conceitos e noções e entrelaçamos teoria, *corpus* e análise, conforme indicado por Silva (2005). Comparando, interpretando e contextualizando os dados, ampliando a compreensão da Política Pública estudada a partir da percepção dos respondentes e da interação entre estes com a pesquisadora e de suas respostas com os dados já coletados anteriormente através das coletas com entrevista exploratória e pesquisa documental.

Reitera-se que buscando a confiabilidade de nossa pesquisa seguimos os passos indicados por Fontanella *et al.* (2011) para se realizar a amostragem teórica e verificar sua saturação: após a coleta dos dados através de formulário e entrevista em profundidade e tendo em posse todos os áudios e transcrições, foi feita a imersão nos registros através de leituras e audições individuais, visando a identificação de sentido nas manifestações dos sujeitos participantes.

O terceiro passo foi compilar as análises individuais para cada entrevista que originaram as tabelas que sintetizam as entrevistas realizadas, enumeradas de 15 a 21 que se encontram no Capítulo 4 da dissertação defendida¹. Depois foram agregadas as falas sobre cada categoria e verificada a repetição das respostas nas falas coletadas que estão presentes na dissertação no item 5.3 Análise dos formulários e entrevistas em profundidade com os(as) agricultores(as) familiares.

AGUANDO A ROÇA: REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Por meio da pesquisa bibliográfica revisou-se os conceitos de políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar, que julgamos essenciais para compreensão desse estudo.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Fundamentados em Wu (2014), acreditamos que as políticas públicas consistem em cinco atividades essenciais: definição de agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação, que acreditamos ocorrer de maneira inter-relacionada para alcance dos objetivos e não em “estágios”, com uma progressão linear de um para o outro. Dentre as atividades listadas, destacaremos a avaliação, por configurar-se como foco desta pesquisa.

Para Wu *et al.* (2014) a avaliação de políticas públicas é uma ação fundamental, pois envolve a avaliação do grau em que uma política pública está atingindo os seus objetivos e, se não estiver, o que pode ser feito para melhorá-la. O acesso a informações sobre o desempenho de uma política pública oferece vantagens diferenciadas aos (às) gestores(as) públicos(as) em relação a outros atores-chave nesse conjunto de atividades, e oferece-lhes potencialmente muitas oportunidades de se envolver em diferentes tarefas da parte de criação, tais como a definição de agenda e formulação de políticas, vinculadas à reforma e alteração de políticas.

¹ A dissertação completa pode ser consultada em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4758873 e em nosso perfil no Academia.Edu: <https://ufca.academia.edu/MariaLaisSLeite>

No entanto, apesar de sua importância, a avaliação de políticas públicas é raramente utilizada para a maioria das decisões e, quando feita, é motivada por exigências processuais ou considerações políticas estreitas; portanto, deixa de contribuir para a contínua aprendizagem em políticas públicas. Muitos governos ao redor do mundo regularmente bloqueiam o acesso à informação, privando os(as) avaliadores(as) da capacidade de realizar avaliações de alta qualidade e se privando de oportunidades de aprendizagem e melhoria de políticas (WU *et al.*, 2014).

O autor (*ibidem*) credita a pouca utilização da avaliação de políticas públicas em parte ao medo dos(as) gestores(as) públicos(as) de serem prejudicados por avaliações negativas de seu trabalho, mas também, em vários momentos, devido a uma falta de conhecimento de sua parte sobre os aspectos técnicos da avaliação.

Para Costa e Castanhar (2003), a avaliação é uma atividade permanente e não restrita à etapa final do ciclo da política pública, que informa sobre seus avanços e limites. “O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa” (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 972). Costa e Castanhar (2003) definem que a avaliação pode ser *ex ante* (anterior à implementação), *ex post* (posterior à implementação) e a *in itinere* (avaliação formativa ou monitoramento que ocorre durante a implementação).

Em relação aos tipos de avaliação, gostaríamos de ressaltar também, a categorização trazida por Ramos e Schabbach (2012). As autoras distinguem a avaliação a partir das seguintes categorias:

Conforme o agente que avalia e quem participa do processo de avaliação: avaliação externa quando realizada por especialistas de fora da instituição ou interna quando executada dentro da instituição e conta com maior colaboração das pessoas que participam diretamente do programa ou projeto. E a avaliação participativa, usada principalmente em pequenos projetos, e que prevê a participação dos beneficiários no planejamento, execução e avaliação das ações. Essa modalidade não costuma fornecer informações específicas sobre o impacto de um programa, mas sim sobre a opinião/percepção dos participantes.

Conforme a natureza da avaliação: as avaliações podem ser formativas quando relacionadas com a formação do programa, ou seja, voltadas para a análise e a produção de informações sobre as etapas da implementação aos diretamente envolvidos, fornecendo elementos para a correção de procedimentos. Já as avaliações somativas referem-se à análise e à produção de informações sobre a implementação e etapas posteriores, sendo efetuadas quando o programa está sendo executado há algum tempo ou após, no sentido de verificar se alcançou as metas previstas e julgar seu valor geral.

Conforme o momento de realização da avaliação: a avaliação ex ante é realizada antes do começo de um programa, com a finalidade de dar suporte à decisão de implementá-lo ou não, e ordenar os vários projetos segundo sua eficiência para alcançar os objetivos determinados. Por sua vez, a avaliação ex post é realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, quando as decisões passam a se basear nos resultados alcançados. Quando o programa está em execução, julga-se se ele deve continuar ou não, com base nos resultados obtidos até o momento. Se a resposta for positiva, avalia-se se se deve manter a formulação original ou efetuar modificações, redirecionando os objetivos, propostas e atividades. Quando o programa já foi concluído, examina-se a pertinência do uso futuro da experiência, isto é, se o mesmo tipo de programa deve ser replicado ou não. A avaliação *ex post* é mais desenvolvida metodologicamente e a que tem tido maior aplicação.

Acerca de que tipo de problema ao qual a avaliação responde: a avaliação de processos, é realizada durante a implementação do programa e diz respeito à dimensão da gestão, e a avaliação de resultados e de impacto, com objetivos mais ambiciosos, especialmente o de responder se o programa funcionou ou não. A avaliação processual procura detectar, periodicamente, as dificuldades que ocorrem durante o processo, a fim de se efetuarem correções ou adequações. Ela permite identificar os verdadeiros conteúdos do programa, se ele está sendo realizado conforme o previsto, se está atingindo o público-alvo e se os benefícios estão sendo distribuídos corretamente. Acompanhando os processos internos, ela focaliza os fatores que influenciam a implementação, estimulando mudanças, quando necessárias. E a avaliação de resultados procura verificar em que medida o programa alcançou os objetivos e quais foram seus efeitos e consequências, indagando, após sua implementação, se houve modificações na situação-problema que originou a formulação do programa e examinando o sucesso ou fracasso em termos de mudança efetiva nas condições prévias de vida das populações beneficiadas. A avaliação de impacto, que verifica a existência de um nexo causal entre os resultados da implantação do programa ou projeto e as alterações nas condições sociais da população. Tratando-se de avaliação mais complexa, essa modalidade procura responder a três questões fundamentais: a) As mudanças observadas na situação-problema se devem à intervenção ou a outros fatores? b) Uma solução se aplica a outras realidades, ou apenas a determinado contexto? c) As mudanças são permanentes ou temporárias, cessando com a interrupção do programa?

Diferenças entre avaliação e monitoramento: acompanhamento ou monitoramento é uma atividade gerencial interna, realizada sistematicamente durante o período de execução e operação, para se saber como uma intervenção evolui ao longo do tempo, através de dados da gerência do projeto sobre metas iniciais, indicadores e resultados associados aos programas. Ela é necessária para se dimensionarem as metas de um projeto, os caminhos que uma intervenção percorre e as métricas potenciais para medir os efeitos na população-objetivo. Por sua vez, a avaliação pode ser realizada antes, durante a implementação ou mesmo algum tempo depois, após o programa provocar todo o seu impacto, e com a preocupação centrada no modo, medida e razão dos benefícios advindos.

Partindo das definições trazidas por Ramos e Schabbach (2012) a avaliação que objetivamos realizar se classificaria: 1. *Conforme o agente que avalia e quem participa do processo de avaliação:* como uma avaliação participativa já que se trata de avaliação de percepção. 2. *Conforme a natureza da avaliação:* se trata de uma avaliação somativa, pois o programa já está sendo executado há algum tempo e a etapa que avaliaremos já foi finalizada e consequentemente se caracteriza como uma avaliação *ex post* no que se refere ao item 3. *Conforme o momento de realização da avaliação.* 4. *Acerca de que tipo de problema ao qual a avaliação responde,* esta avaliação estaria entre o tipo de avaliação de impacto e avaliação de resultados.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” encontra no século XXI sua legitimidade, “diante de um quadro de marcantes desafios a serem enfrentados, de problemas não resolvidos, de obstáculos criados pela própria ação do homem, o papel da ciência é posto em evidência em todos os balanços e análises prospectivas.” (BURSZTYN, 2001, p. 9). Para Chacon (2007) a gestão ambiental, a conscientização da sociedade para o seu papel como agente de transformação da realidade, bem como o fortalecimento da participação de cada um na tomada de decisão são os pontos que constituem a proposta de mudança inerente ao conceito, que teria como consequência, caso posto em prática, a busca de um crescimento econômico eficiente e racional, por meio de ações que supririam as necessidades da humanidade no presente, sem tirar das gerações futuras o direito de também terem as suas necessidades supridas.

AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Warderley (2001) a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. A discussão em torno do conceito de agricultura familiar e a sua importância no desenvolvimento do país vem ganhando força nos últimos anos, devido ao debate sobre o desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (SIQUEIRA, 2004).

Conforme o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008 (BANCO MUNDIAL, 2008), o aumento da produtividade, lucratividade e sustentabilidade da agricultura dos pequenos proprietários é o principal caminho para sair da pobreza usando a agricultura para o desenvolvimento.

No contexto brasileiro, a expressão agricultura familiar toma força em meados da década de 90 (DENARDI, 2001; SCHNEIDER, 2003), mobilizando no país um interesse por essa categoria de produtores(as), refletido na criação de políticas públicas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, em um revigoramento da reforma agrária e em um grande esforço por parte da comunidade acadêmica nacional na formulação de políticas públicas.

Para Olalde (2004) a formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, mas está fundamentada também em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a FAO, o IICA e o Banco Mundial.

A agricultura familiar está associada ainda, à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura. Estas ideias devem ser contextualizadas no debate sobre os caminhos para a construção do desenvolvimento sustentável. (*ibidem*).

Ultimamente, vem sendo defendida uma perspectiva que reforça as ideias acima apresentadas é a dimensão territorial do desenvolvimento rural, onde as atividades agrícolas e não-agrícolas devem ser integradas no espaço local, perdendo sentido a tradicional divisão urbana/rural e ultrapassando o enfoque predominantemente setorial (agrícola) do espaço rural. No âmbito das políticas públicas, isto se traduziu na criação da SDT (Secretaria do Desenvolvimento Territorial), subordinada ao MDA. (OLALDE, 2004).

SEGURANÇA ALIMENTAR

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) perpassa por inúmeros temas, de legislação em direitos humanos a tratados internacionais, de cultura alimentar a características regionais, da questão da água, do meio ambiente e melhor qualidade de vida a alimentação nas escolas e creches, restrição a alimentos transgênicos e organização de conselhos municipais, estaduais e nacional de SAN.

No Brasil, a segurança alimentar ganhou foco a partir da segunda metade do século XX, período de publicação do livro de Josué de Castro, “Geografia da Fome”, em 1946, no qual identifica a migração de muitos trabalhadores rurais para as grandes cidades, e do crescimento das comunicações, fator que contribuiu para a mudança de costumes e hábitos alimentares que se difundiram pelo território nacional. As pessoas passaram a consumir maior quantidade de produtos industrializados, fato que gerou considerável estreitamento tanto na oferta, quanto na demanda por produtos da agricultura familiar (CASTRO, 2008).

Ananias (2004) definiu SAN como a garantia de acesso a uma alimentação de boa qualidade, através de ações na área de abastecimento e de articulação com a produção, para que cada cidadão tenha condições de reagir aos estímulos de reinserção na comunidade e no sistema produtivo. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010), SAN é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

A exemplo de tais programas, pode-se destacar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que assume fundamental importância no fomento à produção agropecuária em escala local por envolver, de um lado, os produtores rurais que têm dificuldades para comercializar a produção e, de outro, as instituições assistenciais que necessitam adquirir produtos no mercado. Desta forma, procura-se estimular a organização coletiva dos produtores rurais, em consonância com as concepções mais recentes das políticas direcionadas para o espaço rural.

ENTRE A ENXADA E A COLHER: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, ação integrante do Programa Fome Zero, é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, atualizado através da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011) e regulamentado pelos Decretos: nº 6.447, de 07 de maio de 2008, nº 6.959, de 15 de setembro de 2009 e nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é um programa coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pelo qual o Governo Federal compra alimentos e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (MDS, 2015).

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores(as) familiares(as) e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. O PAA prioriza as compras da produção da agricultura familiar, de forma a incentivar este segmento da sociedade brasileira. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo (MDS, 2015).

O Programa tem como finalidades: incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda e incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores(as) familiares(as); apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (BRASIL, 2011).

O PAA é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques; Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite e Compra Institucional. De acordo com as informações divulgadas no site Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2015), o orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

FUNCIONAMENTO DO PAA

O PAA compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. Esses alimentos são distribuídos a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. (MDS, 2015).

Além disso, o PAA contribui para formar estoques públicos de alimentos e estoques das próprias cooperativas ou associações da agricultura familiar. O PAA é executado por estados e municípios que fazem convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, que firma Termo de Cooperação com o MDS e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Ou seja, são os estados, os municípios e a Conab que, com recursos financeiros repassados pelo Governo Federal, compram os alimentos dos(as) agricultores(as) familiares (MDS, 2015).

BENEFICIÁRIOS DO PAA

De acordo com Brasil (2012), o PAA possui dois públicos beneficiários: os(as) fornecedores(as) e os(as) consumidores(as) de alimentos. Os(as) beneficiários(as) fornecedores(as) são os(as) agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária, silvicultores(as), aquicultores(as), extrativistas, pescadores(as) artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Os(as) beneficiários(as) fornecedores(as) podem participar do PAA individualmente ou por meio de suas cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado.

Para participar do Programa individualmente, os(as) beneficiários(as) fornecedores devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, instrumento que qualifica a família como da agricultura familiar. Já as organizações de agricultores(as), para participarem do PAA, devem deter a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Especial Pessoa Jurídica. Para a maior parte dos(as) agricultores(as) familiares, a DAP pode ser obtida junto a instituições previamente autorizadas, entre as quais estão as entidades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural ou as Federações e Confederações de agricultores(as), por meio de seus sindicatos.

Para públicos específicos, a DAP também pode ser fornecida por outras organizações, tais como: a FUNAI, para populações indígenas; a Fundação Cultural Palmares, para populações remanescentes de Quilombos; o Ministério de Aquicultura e Pesca ou Federação de Pescadores e suas colônias filiadas, para pescadores artesanais; o INCRA, para acampados e assentados da reforma agrária. Para poderem vender alimentos para o PAA, os(as) agricultores(as) devem procurar uma Unidade Executora do Programa (governo municipal, governo estadual ou a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB) para se cadastrarem.

MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA

A Compra com Doação Simultânea tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o direito humano à alimentação adequada. A Modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino.

Podem ser adquiridos pela Modalidade produtos alimentícios próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. Podem estar in natura ou processados. Os alimentos devem ser de produção própria dos(as) agricultores(as) familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

A modalidade é desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com governos de estados e municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e são utilizados dois tipos de instrumentos para sua implementação: a Celebração de Termos de Adesão com órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos e a formalização de Termo de Cooperação com a Conab.

Por meio de Decreto Presidencial nº 8.026, de junho/2013, foi alterado o Decreto nº 7.775, de 04/07/2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, subindo de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) o valor máximo que os(as) agricultores(as) familiares(as) podem vender para o PAA, nesta modalidade, por unidade familiar/ano. Os(as) agricultores(as) entregam os alimentos em uma Central de Distribuição, onde são pesados e separados para serem doados.

No âmbito dos Termos de Adesão, o pagamento é feito pela União, por intermédio do MDS, diretamente ao(à) agricultor(a), que o recebe por meio de um cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA. Em junho/2013 o limite de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) por unidade familiar/ano para acesso ao PAA por meio de organizações fornecedoras foi alterado para R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por unidade familiar/ano. Quando as aquisições forem realizadas por meio de organizações cujo percentual de beneficiários fornecedores cadastrados no CADÚNICO for maior ou igual a 50 %, o limite anual de vendas ao PAA será de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar/ano. Quando as aquisições forem realizadas junto a organizações fornecedoras que trabalhem com produtos exclusivamente orgânicos e/ou agroecológicos ou da sociobiodiversidade, o limite de vendas será de R\$ 8.000,00 por unidade familiar/ano.

Outras alterações desta Modalidade envolvem a retirada da restrição de aquisição de sementes, mudas e materiais propagativos somente de culturas alimentares, para ser possível adquirir produtos para alimentação animal. Pretende-se adquirir e doar a agricultores(as) familiares sementes e mudas que permitam a recuperação de pastagens e a manutenção da alimentação animal, visando à recuperação da capacidade produtiva da Agricultura Familiar em regiões assoladas por desastres climáticos.

É CHEGADA A HORA DA COLHEITA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

ANÁLISE DA PESQUISA DOCUMENTAL

Como no Município de Barbalha-CE, a modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA que fora é implantada é a modalidade compra direta com doação simultânea que se propõe a realizar a obtenção de produtos da agricultura familiar local para abastecer os equipamentos públicos de alimentação e nutrição e as ações de acesso à alimentação, empreendidas por entidades da rede socioassistencial do município (BRASIL, 2011), para fins didáticos, dividiremos nossa análise a partir dos dois públicos beneficiários: os(as) fornecedores(as) e os(as) consumidores(as) de alimentos.

DADOS DO ANO DE 2013

No que se refere aos(às) beneficiários(as) consumidores(as), ou seja, as entidades beneficiadas: 14 (quatorze) entidades foram cadastradas em 2013, dentre estas: 38% são instituições pré-escolares (creches), 23% são de amparo à criança e ao adolescente, 31% em entidades ligadas à saúde (Hospitais/ CAPS/ Unidade de Saúde) e 8% em instituições de amparo a portador de necessidades especiais.

No que se refere aos(às) beneficiários(as) produtores(as), ou seja, os agricultores(as) familiares: 32 (trinta e dois) agricultores(as) foram cadastrados(as) no ano de 2013, dentre estes: 5 (cinco) residem na comunidade da Arajara, 5 (cinco) Sítio Coité, 4 (quatro) na Estrela, 3 (três) Caldas, 3 (três) no Sítio Saco e 3 (três) no Sítio Santo Antônio da Arajara, 2 (dois) no Assentamento Boa Vista – Caldas, 2 (dois) no Assentamento Estrela, 2 (dois) no Sítio Boa Esperança, 1 (um) no Barro Vermelho, 1 (um) no Sítio Brejão e 1 (um) no Sítio Frutuoso. Destes(as) 32 agricultores(as) cadastrados(as), 27 são do sexo masculino, o que corresponde a 84% e 5 do sexo feminino que corresponde a 16%, uma representação massiva do público masculino, porém nos encontros em que tivemos oportunidade de participar é possível perceber uma grande participação das mulheres nas reuniões, nas atividades agrícolas e até mesmo no momento de responder o formulário que era destinado ao agricultor cadastrado.

DADOS DO ANO DE 2014

No que se refere aos(as) beneficiários(as) consumidores(as), ou seja, as entidades beneficiadas, podemos examinar no gráfico abaixo 15 (quinze) entidades foram cadastradas em 2014, dentre estas: 33% são instituições pré-escolares (creches), 20% são de amparo à criança e ao adolescente, 20% em entidades ligadas à saúde (Hospitais/ CAPS/ Unidade de Saúde), 20% são outras instituições (associações, institutos e paróquias) e 7% em instituições de amparo a portador de necessidades especiais.

Quanto a manutenção do número de entidades, tendo em vista o significativo aumento de agricultores(as), a SDA Barbalha justifica que a quantidade de alimentos entregue para as entidades representa apenas uma parte do que estas necessitam para suprir as demandas necessárias para garantir a segurança alimentar de seus(as) usuários(as).

É possível perceber esta assertiva, tomando como base dois documentos: o primeiro sobre a demanda para participação no PAA de cada entidade onde estão descritos o número de pessoas beneficiadas em cada local e o segundo sobre o levantamento das entidades e público a serem atendidos, encontra-se que as quinze entidades atendem 9.953 pessoas, fornecendo 277.140 refeições por mês.

Em relação aos(as) beneficiários(as) produtores(as), ou seja, os agricultores(as) familiares, como pode ser observado nas tabelas e gráficos abaixo, 85 (oitenta e cinco) agricultores(as) foram cadastrados(as) no ano de 2014, dentre estes: 17 (dezessete) residem no Sítio Santo Antônio da Arajara, na comunidade da Arajara, 11 (onze) na Estrela, 9 (nove) na Malhada, 8 (oito) na Comunidade Boa Vista, 5 (cinco) no Barro Vermelho, 4 (quatro) na Comunidade Boa Esperança, 4 (quatro) no Santo Antônio do Caldas, 3 (três) no Santo Antônio, 3 (três) no Tabuleiro, 2 (dois) no Assentamento Boa Vista, 2 (dois) no Sítio Coité, 2 (dois) na Rua Nova, 2 (dois) no Saco I, 2 (dois) na Santa Cruz, 2 (dois) no Taquari, 2 (dois) no Zabumba, 1 (um) no Baixo dos Cordas, 1 (um) no Brejinho, 1 (um) no Buriti, 1 (um) no Caldas, 1 (um) no Pelo Sinal, 1 (um) no Santa Tereza, 1 (um) na Vila Frei Damião. Destes(as) 85 agricultores(as) cadastrados(as), 65 são do sexo masculino, o que corresponde a 76% e 20 agricultoras que corresponde a 24% do total.

DADOS DO ANO DE 2015

Quando realizávamos a coleta dos dados até junho de 2015, ainda não havia sido liberado o resultado da análise das propostas, elaboradas pelos(as) agricultores(as) familiares em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, por parte da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado não havia no Programa que passarão sob.

Já os beneficiários consumidores, de acordo com os dados da Coordenadora do PPA em entrevista exploratória, só são cadastrados após o aceite das propostas dos(as) agricultores(as) no Sistema da SDA-CE.

Porém, gostaríamos de ressaltar algumas informações em relação ao documento de cadastro dos(as) agricultores(as) familiares a que tivemos acesso referente ao ano de 2015, não constavam os dados sobre os bairros dos(as) beneficiários(as) produtores(as), porém, buscando realizar o comparativo e contribuir com os estudos do PAA em Barbalha, comparamos as listas de 2014 e 2015, 67 agricultores(as) se mantiveram e por este motivo foi possível fazer uma previsão da abrangência do PAA nas comunidades do Município de Barbalha que resultaram nas informações abaixo.

83 (oitenta e três) agricultores(as) foram inscritos(as) no ano de 2015, dentre estes: 17 (dezessete) residem no Sítio Santo Antônio da Arajara, na comunidade da Arajara, 11 (onze) na Estrela, 9 (nove) na Malhada, 8 (oito) na Comunidade Boa Vista, 5 (cinco) no Barro Vermelho, 4 (quatro) na Comunidade Boa Esperança, 4 (quatro) no Santo Antônio do Caldas, 3 (três) no Santo Antônio, 3 (três) no Tabuleiro, 2 (dois) no Assentamento Boa Vista, 2 (dois) no Sítio Coité, 2 (dois) na Rua Nova, 2 (dois) no Saco I, 2 (dois) na Santa Cruz, 2 (dois) no Taquari, 2 (dois) no Zabumba, 1 (um) no Baixo dos Cordas, 1 (um) no Brejinho, 1 (um) no Buriti, 1 (um) no Caldas, 1 (um) no Pelo Sinal, 1 (um) no Santa Tereza, 1 (um) na Vila Frei Damião. Destes(as) 85 agricultores(as) cadastrados(as), 65 são do sexo masculino, o que corresponde a 76% e 20 agricultoras que corresponde a 24% do total. Um detalhamento da distribuição de agricultores(as) por sexo em cada comunidade consta na tabela 13 deste capítulo.

Poder-se-ia perguntar a partir destas inscrições o que explicaria a não participação/renovação por 18 agricultores(as), o que explica um aumento relevante em uma comunidade Sítio Santo Antônio da Arajara e uma diminuição facilmente perceptível nas comunidades da Estrela, Taquari e Coité, por exemplo?

Ao fazer a visita e conversar com os(as) agricultores(as) percebemos que o entendimento se amplia através da escuta deles, por isso a partir da análise qualitativa dos dados que seguem abaixo, imaginamos que conseguiremos chegar a algumas respostas sobre as muitas questões que levantamos até aqui.

ANÁLISE DOS FORMULÁRIOS E ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE COM OS(AS) AGRICULTORES(AS) FAMILIARES

A aplicação dos formulários e a realização das entrevistas em profundidade ocorreram ao longo do mês de setembro de 2015 em quatro diferentes comunidades do Município de Barbalha. Todas as entrevistas foram gravadas e também foram preenchidos os formulários que se encontram arquivados em segurança pela pesquisadora, juntamente com os termos de consentimento livre esclarecido assinado pelos(as) respondentes. Conforme orientado no livro *Análise de Dados Qualitativos* de Gibbs (2009), foi elaborado um quadro que organiza o sistema de anonimização das pessoas e dos locais envolvidos a fim de proteger os(as) entrevistados(as).

Destacamos abaixo alguns pontos relevantes das entrevistas realizadas:

A maioria dos referenciais, inclusive o Decreto nº 8.026 destacam como finalidades do Programa no que se refere diretamente ao(a) agricultor(a) e sua condição socioeconômica: incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, à geração de renda; incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar (BRASIL, 2011).

Rossi (2012), também menciona que o PAA tem causado impactos na renda familiar oriunda da atividade agropecuária dos agricultores(as) familiares beneficiados por meio do acréscimo do valor da renda obtida pelos produtores com relação ao metro com a sua produção em função do PAA. Porém, esses pontos não foram destacados pelos(as) agricultores(as) entrevistados(as) ao longo de nossa pesquisa.

Alguns pontos nos surpreenderam na realização das entrevistas, por estarem opostos à fala da Prefeitura, do que tínhamos lido na legislação do Programa e até mesmo em outros estudos de caso sobre o PAA, como as ocorrências que seguem: os(as) entrevistados(as) alegam não ter havido alterações na quantidade de cômodos, em condições da moradia, no fornecimento de água e/ou energia elétrica, ou ainda no saneamento básico de seus domicílios.

Por exemplo, no estudo realizado por Rossi (2012), trabalho no qual utilizamos como referência para construção do nosso formulário, em sua dissertação de mestrado Rossi (2012) faz uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de São Carlos-SP junto a agricultores(as) familiares. Tomando como exemplo esta pesquisa, foi observado que o aumento da média da quantidade de cômodos da moradia dos produtores beneficiários foi estatisticamente significativo entre os dois períodos estudados 16,3 a 7,1 cômodos. Enquanto em nosso caso em tela, os(as) agricultores(as) não citavam modificação significativa no número de cômodos entre os períodos antes e depois do PAA, tendo 5 (cinco) dos 7 (sete) entrevistados(as) declarado não ter havido nenhuma modificação na quantidade de cômodos, tendo feito apenas melhorias na construção já existente. A totalidade dos(as) entrevistados(as) declarou ficar sabendo do PAA através da comunicação com a Prefeitura ou através de colegas, que integram uma mesma Associação, Sindicato, etc.

Durante a Conferência Municipal e nos documentos cita-se a existência de uma Instância de Controle Social, o CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Barbalha, porém a maior parte dos(as) agricultores(as) entrevistados afirmam não conhecer o CONSEA de Barbalha-CE e um deles cita que é apenas um órgão figurativo submetido à prefeitura para aprovar o que é necessário.

Outro ponto que nos chamou atenção é a afirmação por parte dos(as) agricultores(as) de que não é realizado nenhum tipo de assistência técnica por parte do Poder Público, nem mesmo relacionada ao programa. O PAA seria apenas uma forma de pagamento pelos produtos e deixaria, enquanto política pública, de promover o desenvolvimento da qualidade dos produtos, ou ainda, deixaria de cumprir uma das finalidades do Programa, segundo o Decreto nº 8.026: incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade (BRASIL, 2011). Como atender a esta finalidade pode ser atendida, sem indicações do adequado manejo do solo, de formas sustentáveis de plantio, colheita, etc?

Como pode ser destacado pelo Respondente A do Sítio Brejinho, que declara nunca ter recebido assistência técnica nem antes e nem depois de entrar para o PAA, sendo que o mesmo participa desde 2012 como beneficiário do Programa. Grande parte dos(as) entrevistados(as) declararam acreditar que haja problemas com a gestão do Programa pela Prefeitura de Barbalha, através da Secretaria de Agricultura. Como por exemplo, os Respondentes F e G do Assentamento da Malhada, alegam que todos os associados que faziam entregam para o PAA em 2014 não foram convidados a renovar para o ano de 2015 e que só são procurados pela Prefeitura no período eleitoral.

Muitos(as) declararam ainda haver diferenças entre os preços praticados no PAA, executado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário e o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, que é executado pela Secretaria de Educação Municipal, mas alegam que para ser beneficiário do PNAE é necessário ter “contatos dentro da prefeitura”. Sobre este questionamento o Respondente B, declara não ter recebido por parte do poder público nenhuma formação sobre sua produção, nem a gestão da mesma. Mas que tem recebido estudantes do Curso de Agronomia da UFCA em sua propriedade, apenas para visitas do curso, mas nunca para realizar nenhuma melhoria, nem ter sido convidado para cursos, eventos ou outra contrapartida da Universidade.

Em outra comunidade onde estivemos, os(as) moradores(as), em sua maioria agricultores(as) e de artesãos/artesãs, estão organizados de maneira associativa e na Associação são realizadas atividades de artesanato em palha, preparação de polpa de frutas, sequilhos e outras comidas regionais, etc. Os(as) agricultores(as) desta localidade que faziam entrega de polpa de frutas para o PAA, não tiveram seu cadastro confirmado para 2015. A compra deste produto foi descontinuada pela necessidade da vigilância de um técnico em alimentos, os profissionais desta área com licença para atuar e aprovar a qualidade deste produto cobram em média R\$ 500,00 para uma visita semanal às comunidades, segundo afirmações do Respondente E. O alto preço cobrado pela análise (levando-se em conta a renda dos/as produtores/as) inviabilizando assim a compra do produto pela Prefeitura e comprometendo a renda dos(as) produtores(as).

Como pode ser verificado na fala do Respondente D do Sítio Coité e do Respondente F do Assentamento da Malhada, outra demanda de capacitação é na área de informática que serviria para ampliar o acesso à projetos, editais, assistência técnica e outros tipos de informações. A maioria dos(as) agricultores(as) entrevistados(as) sobretudo os(as) que fazem parte de Associações declaram ter acesso a computador, entretanto dizem não saber fazer o uso do mesmo. Eles destacam que os(as) jovens da comunidade não manifestam o desejo de auxiliar nas atividades de Agricultura e eles(as) não terem conhecimento para utilizar ferramentas necessárias que poderiam desenvolver sua atividade a partir da ampliação de informações com o uso da internet.

Em algumas comunidades há um agravo nas dificuldades rotineiras do acesso aos serviços de saúde, educação, que em geral estão localizadas na sede do Município, há uma dependência de transporte coletivo, que também é precário. Também é problemático ter acesso a farmácias, supermercados e em alguns casos até a comunicação por telefone celular e chegar às comunidades é desafiador, por isso ampliar os meios de comunicação da comunidade com outros locais, através da internet e de rádios comunitárias, poderia ser uma grande melhoria para as localidades e uma maneira de envolver a juventude rural.

Os(as) agricultores(as) relatam ainda ter dificuldades em relação ao atraso com que são repassados os recursos referente ao Programa de Aquisição de Alimentos bem como as datas de início e a vigência do mesmo que muitas vezes começam em junho de um ano e terminam em novembro do mesmo, fora do período em que há a colheita e ainda pela preocupação dos(as) agricultores(as) se refere aos meses nos quais o Programa não está atuando e eles precisam revender os produtos, muitas vezes pela metade do preço praticado no PAA. Por esse motivo, alguns relatam que o Programa impacta positivamente em suas vidas, porém, muitas vezes, é um dinheiro incerto que eles entendem como uma poupança para suas famílias, mas que não podem contar com ele para a sua sobrevivência (Respondente E).

A maioria dos(as) agricultores(as) entrevistados(as) residem na propriedade que produzem, tem moradia própria, fossa séptica, porém destacam precariedade no sistema de saneamento básico, tendo muitas vezes o esgoto a céu aberto, a iluminação das casas era e continua sendo através de energia elétrica através da Coelce – Companhia Energética do Ceará e a fonte água que abastece a moradia ou é proveniente de poço ou nascente ou de rede de fornecimento público através da Cagece - Companhia de Água e Esgoto do Ceará.

Todos(as) os(as) agricultores(as) entrevistados(as) também declararam utilizar todo o limite financeiro anual para o PAA, em alguns casos alegaram que necessitariam muito mais para vender toda a sua produção para o PAA. No que se refere a destinação para o consumo da família, a média de utilização dos(as) entrevistados(as) é de apenas 10% de toda produção vegetal, alguns/algumas demonstraram dificuldades para responder a pergunta por afirmar que seria muito pouco.

Os(as) respondentes(as), em sua maioria, declararam que o preço pago pelo produto fora inferior ao preço pelo PPA no caso de entrega para supermercados, feirantes, entre outros. O Respondente B, que demonstra ter melhores condições socioeconômicas em relação aos(as) demais entrevistados(as), declara que a partir das feiras livres geralmente consegue um valor quase o dobro do PAA, mas que na Ceasa - Central de Abastecimentos do Cariri vende os produtos pela metade do preço.

Parte dos(as) agricultores não fornece ou forneceu produtos via PNAES para merenda escolar, apesar do interesse em ser beneficiário(a) do programa, pelo valor que pode ser comercializado e pela rapidez no pagamento.

Sobre a questão da renda, alguns recebem aposentadoria, Bolsa Família, além da renda mensal total da propriedade que varia de R\$ 400,00 à R\$ 2.000,00 reais entre os(as) sete entrevistados(as).

Muitos(as) declaram ter realizado investimentos em equipamentos, ampliação e um deles fez compra de terras agricultáveis. Parte dos entrevistados declaram já possuir conta bancária antes de entrar no PAA e declaração de aptidão ao Pronaf, pois muitos deles já haviam solicitado empréstimo via Agropólos do Banco do Nordeste.

Além de fazer parte do Sindicato Rural, atividade de participação obrigatória para que estes(as) para que possam aposentar-se como trabalhadores(as) rurais, muitos declaram já ter participado de associações de agricultores, partidos políticos, entre outros. De acordo com as informações repassadas nas entrevistas a maioria das mulheres que fazem parte das famílias visitadas participam apenas das atividades domésticas.

Na opinião dos(as) entrevistados sobre a facilidade informações sobre o PAA, a forma de funcionamento, documentos necessários, entre outros é contrastante enquanto alguns declaram ser difícil ter acesso, outros apontam que hoje em dia só não participa do PAA em Barbalha o(a) agricultor(a) que não quiser fazer parte do mesmo.

Na entrevista em profundidade indagamos os(as) agricultores(as) sobre o impacto do Programa na sua vida, nos formulários havia perguntas sobre a moradia, a renda, o acesso a assistência técnica, a relação com intermediários e outros questionamentos que objetivavam verificar o impacto do PAA.

Porém as respostas demonstravam, na maior parte dos casos se encontravam visões conflituosas sobre a percepção do Programa: durante o preenchimento do formulário eles indicavam que não havia alterações em sua renda, condições de moradia, acesso a informações antes ou depois do PAA, os canais para a comercialização dos produtos e a relação com os comerciantes antes e depois do PAA, porém na entrevista eles(as) afirmam a importância do Programa em sua vida e de sua família, descrevendo o Programa como “uma benção”, “uma poupança para minha família” e um “direito do agricultor”.

Eles avaliam positivamente o Programa baseados no preço pago pelos produtos, que em geral é maior do que eles venderiam fora do PAA entregando para comerciantes locais e vendendo nos Centros de Abastecimento (Ceasa) e pela facilidade de venda dos produtos que são entregues em quantidade para um mesmo local, evitando um maior custo com transporte e perdas de produtos pelo tempo sem venda e o desgaste que eles(as) alegam ser a venda em feiras-livres.

Parte das críticas e das vulnerabilidades do Programa, de acordo com os(as) produtores(as) rurais deve-se ao funcionamento do PAA em apenas uma parte do ano, assim nos meses em que ele não está vigente eles precisam continuar comercializando a partir de outros canais, a demora para iniciar a entrega dos produtos, muitas vezes em desacordo com sua colheita, há anos em que o Programa começou em junho e até agosto e eles afirmam que a maior parte das frutas e legumes plantados são retirados em março e abril de cada ano.

Grande parte dos(as) entrevistados(as) declaram ainda, acreditar que há problemas com a gestão do Programa pela Prefeitura de Barbalha, por meio da Secretaria de Agricultura, que, por exemplo, levando em conta envolvimento político excluíam ou incluíam grupos. Ressaltam ainda a necessidade de assistência técnica por parte da Prefeitura ou instituição parceira.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Constituiu-se como foco de nosso trabalho, avaliar a percepção do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no município de Barbalha-CE nos anos de 2013 a 2015 junto aos(as) agricultores(as) familiares cadastrados(as) como beneficiários(as) produtores(as) do PAA. A pesquisa objetivou a coleta e análise de dados referentes à participação dos(as) agricultores(as) no PAA, sobre a família dos(as) mesmos(as), as condições de sua moradia, um detalhamento sobre a propriedade, comercialização e consumo dos produtos, rendimentos da família, investimentos, participação dos(as) entrevistados em organizações sociais e políticas, a participação das mulheres da família na atividade rural e a frequência de recebimento de assistência técnica que nos permitiram conhecer mais sobre o PAA, sobre as comunidades, sobre os(as) agricultores(as) e a agricultura no Município atualmente.

Para avaliar a percepção sobre o impacto do PAA na vida dos(as) agricultores(as) familiares cadastrados(as) no Programa além de indagá-los se “O PAA melhorou a vida do(a) senhor(a)? Como?”, encontravam-se nos formulários perguntas sobre a moradia, a renda, o acesso a assistência técnica, a relação com intermediários e outros questionamentos que nos permitiam compreender o impacto do Programa na vida dos(as) beneficiários(as) produtores(as).

Durante o preenchimento do formulário eles indicavam que não havia alterações em sua renda, condições de moradia, acesso a informações antes ou depois do PAA, a maioria dos entrevistados também não modificou os canais de comercialização dos produtos e nem sua relação com os comerciantes, porém na entrevista eles(as) afirmam a importância do Programa em sua vida e de sua família, descrevendo o Programa como “uma benção”, “uma poupança para minha família” e um “direito do agricultor”.

Situações que “estudiosos” na Universidade ou estatísticas de governos dizem não existir foram verificadas na visita às comunidades: como a existência de pessoas trabalhando, aqui na Região do Cariri, em terra de terceiros para receber apenas 30% do valor do que é produzido. A quantidade de pessoas, inclusive jovens entre 18 e 25 anos que deixaram de estudar, dentre as famílias visitadas foi algo que me surpreendeu, poucos foram os que concluíram o ensino médio.

Outro estranhamento, foi em relação a participação das mulheres, inicialmente pelo pouco número de cadastros em seu nome, o que difere dos eventos em que participamos onde havia uma grande quantidade de mulheres representadas, algumas delas auxiliam os esposos, filhos ou irmãos nas atividades na agricultura outras somente nas domésticas.

Algo já comumente noticiado, mas ainda assim surpreendente é o “envelhecimento” da agricultura: seis dos sete agricultores(as) visitados(as) são de faixa etária acima de 40 anos, quatro deles tem acima de 50 anos. Algumas das famílias visitadas havia jovens, mas a minoria deles se envolvia em atividades relacionadas à atividade rural, curiosamente alguns não se envolviam nessa nem em outra atividade.

Conclui-se que o PAA é uma política pública de grande relevância para os(as) agricultores(as) familiares da região, fornecendo uma segurança mínima de compra dos seus produtos pelo governo local. Contudo, esse tipo de política não pode ser praticado de forma isolada. Em conjunto com outras políticas já existentes, também voltadas para a agricultura familiar, o PAA compõe um arcabouço necessário, mas ainda não suficiente para melhorar as condições de vida no campo e promover a inclusão social dessas pessoas. Um dos pontos que chama a atenção é a dissociação da política com políticas de acesso à informação e à educação, que ampliariam o empoderamento das famílias, permitindo que estas compreendessem melhor as políticas públicas e lutassem por seus direitos.

Porém este cenário está sob ameaça, especialmente pela crise política que se arrasta há alguns anos no Brasil e que se intensifica após a aprovação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 12 de maio de 2016 e a posse interina e posteriormente efetiva de Michel Temer. Logo após este período dá-se início a uma série de reduções orçamentárias nas políticas públicas de agricultura familiar, comprometendo a subsistência de famílias de produtores rurais e o funcionamento de instituições anteriormente beneficiadas por estas políticas.

Analisando apenas os dados disponibilizados publicamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome – MDS (2014, 2015, 2016, 2017) quanto à dotação orçamentária destinada a rubrica 2798 - Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, percebe-se uma queda de 1.013.740.000 investidos em 2014 e R\$ 609.360.875 em 2015 para R\$ 526.829.061 em 2016, R\$ 318.627.982 em 2017 e apenas 167.973.500 em 2018, o que representa uma diminuição de 83,43% se considerarmos o período. Além do corte de recursos diretamente investidos nas políticas públicas mencionadas, passou-se nos últimos anos por uma série de ameaças no campo da agricultura familiar, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e sua alocação no MDS e posteriormente na Casa Civil, a exoneração de gestores do Governo anterior nesta área, como é o caso do ex-presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural dispensado da pasta em julho 2018.

Ademais, em 2019, vivenciamos um aprofundamento do cenário de crise e desmantelamento do que havia sido construído ao longo de décadas nas políticas públicas, na participação popular - principalmente o controle social das políticas públicas - via conselhos -, na agricultura familiar, etc. Iniciativas que estão ameaçadas diante dos últimos mandatos presidenciais do país, marcados pelo contingenciamento dos gastos públicos, especialmente os recursos destinados às políticas públicas e, ainda, pelo retrocesso dos direitos sociais e na pouca articulação e reconhecimento da relevância dos movimentos sociais.

Para além do discurso, frisamos que nosso intuito é contribuir para o desenvolvimento de outras pesquisas envolvendo agricultura familiar, segurança alimentar e o Programa de Aquisição de Alimentos e que promovam uma avaliação de política pública que dê voz aos diversos atores nela envolvidos, que amplie a visão deles sobre sua atuação. Outrossim, ressaltamos a necessidade da realização de outros estudos nesse e em outros territórios no campo das políticas de agricultura familiar e de segurança alimentar e nutricional - políticas indispensáveis ao desenvolvimento social brasileiro - para que possamos conhecer profundamente seus impactos e lutar pela sua manutenção e ampliação.

REFERÊNCIAS

- ANANIAS, Patrus. Mobilizar a sociedade contra a fome. *In*: BETTO, Frei (Org.). **Fome Zero: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 9-12.
- BANCO MUNDIAL/ WORLD BANK. Relatório Anual 2008—ano em perspectiva. Washington DC, 2008. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTANNREP2K8/Resources/5164353-1222371156065/Portuguese.pdf>. Acesso em 10 jun. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4ª ed. Lisboa: Edições, v. 70, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. de A. REGO; A. PINHEIRO. Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).
- BRASIL. **Lei nº 12.512**, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm. Acesso em: 9 fev. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 7.775**, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o programa de aquisição de alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jul. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 20 fev. 2015.
- BURSZTYN, Marcel. Apresentação. *In*: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez, 2001.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: BNB, 2007. Série Teses e Dissertações. Vol. 8. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/livroPDF.aspx?cd_livro=20. Acesso em 30 set. 2013.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab). **Agricultura Familiar: importância do PAA**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>. Acesso em: 13 fev. 2015.
- COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.
- DENARDI, Reni. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. v. 2, nº 3, p. 56-62, 2001.
- FONTANELLA *et al.* Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(2):389-394, fev, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n2/20.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2016.
- FRASER, Márcia T. D.; GONDIM, Sônia M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia: Ribeirão Preto**, 2004, v. 14, n. 02. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 nov. 2014.
- GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações completas da Cidade Barbalha**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230190&search=ceara|barbalha|info graficos:-informacoes-completas>. Acesso em: 16 fev. 2015.
- IPECE – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Ceará. Perfil Básico Municipal Barbalha (2013). http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2013/Barbalha.pdf. Acesso em: 16 fev. 2015.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Dados 2011. Brasília: Sagi PAA Data/ MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. 2011. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Programa de aquisição de alimentos**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>. Acesso em: 12 fev. 2015.

OLALDE, Alicia Ruiz. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Cruzeiro, DF: CEPLAC, 2004. (Radar técnico - artigos técnicos). Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano** (2001): Fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano. Disponível em: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDH2001/HDR_Global_2001.zip. Acesso em 14 out. 2013.

RAMOS, Marília Patta and SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2012, vol.46, n.5, pp.1271-1294. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500005&lng=en&nrm=iso. ISSN 0034-7612. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>.

ROSSI, Fabiana Ribeiro. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar no Município de São Carlos**: Impactos Socioeconômicos nos Agricultores Familiares Beneficiários. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal de São Carlos, 2012. Disponível em: http://www.btd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5465. Acesso em: 9 fev. 2015.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes. Sobre a Análise do Discurso. **Revista de Psicologia da UNESP**, 4(1), 2005. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/30/55>. Acesso em: 02 nov. 2014.

SIQUEIRA, Luisa Helena. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. Dissertação do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap.1, p. 21-55.

WU, Xun *et al.* **Guia de Políticas Públicas**: gerenciando processos. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.